

A Revista de Medicina: entre histórias e registros, 1916-1940

André Mota

Quando estudamos os primeiros periódicos médicos produzidos no Brasil oitocentista, localizamos grande parte dessa produção, abordando temas que pudessem interessar um público geral no sentido de angariar leitores e, é claro, assinantes pontuais:

A eleição da higiene como campo de diálogo entre a medicina e a sociedade e campo privilegiado de produção científica possibilita a compreensão não só do modo como determinadas doenças foram alçadas à condição de problemas de relevância social, mas também da forma como se deu a implantação do debate sobre os problemas sanitários do país (p.331)¹.

Com a chegada da República em 1889 e os ímpetus de uma elite que buscava “civilização e progresso”, a imprensa ampliou-se, conhecendo “*múltiplos processos de inovação tecnológica, que permitiram o uso de ilustração diversificada – charge, caricatura, fotografia – , assim como o aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo impresso, propiciando um ensaio de comunicação de massa*” (p.83)². Nesse contexto, quando o processo de institucionalização da medicina e da saúde em São Paulo era aprofundado, houve, concomitantemente, o incremento de sua produção editorial no campo médico-científico:

num primeiro momento encontramos repetidamente nomes dos mais importantes médicos em atividade no período: Luiz Pereira Barreto, Adolfo Lutz, Emílio Ribas, Arnaldo Vieira de Carvalho, Vital Brazil, Rubião Meira. Em um segundo tempo podemos encontrar artigos médicos como Lemos Torres, Jairo Ramos, Afrânio do Amaral, Antonio Carlos Pacheco e Silva, todos personagens com acesso

privilegiado a publicação em jornais diários e revistas especializadas (p.99)³.

É nesse contexto, que podemos compreender a dimensão que a Revista de Medicina (RM) ganhou desde sua criação. Mesmo sendo uma revista estudantil da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, muito se publicou de seus professores, alunos, bem como médicos nacionais e internacionais, numa aproximação bastante interessante e inédita, onde diversos objetos ganhavam mesmo espaço interlocutor, conformando propostas científicas, corporativas e institucionais.

Se médicos de expressão estavam sempre presentes, o interessante é notar uma plêiade de novos nomes, muitos desconhecidos, mas que conduziam movimentos, ajudando a retratar posições, ideias e estudos. Uma aproximação histórica da *RM* permitirá identificarmos tais vestígios deixados na escrita de todos esses personagens, numa recondução de temas, assuntos e editoriais:

o que ‘um texto quer dizer’ não é nunca algo retomável ilibadamente, como uma unidade significativa fixa, reproduzível com perfeita exatidão. Mas também não é uma variação espraiada ao indizível, posto que todo texto está balizado pela memória que evoca ao se pôr numa dada forma de aparecimento (p.138)⁴.

Assim, a história enquanto exercício científico de fazer ver o presente pelo passado, por meio daquilo que foi sendo deixado para trás, mas sobrevivente da memória, pode estabelecer algumas dessas marcas. Por ser uma revista perene até os dias atuais, fruto dos esforços do Departamento Científico - FMUSP, aqui faremos essa retomada de seus primeiros

Historiador e Coordenador do Museu Histórico Prof. Carlos da Silva Lacaz da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo - FMUSP.

Endereço para correspondência: André Mota. Av. Dr. Arnaldo, 455 – São Paulo, SP. CEP: 01246-903. E-mail: amota@museu.fm.usp.br

lineamentos, com alguns contextos, temas e imagens até a chegada do Hospital das Clínicas.

Um contexto de turbulência estudantil e organização editorial

Quando a Faculdade e Cirurgia de São Paulo foi fundada em 1912⁵, pretendia-se, por meio do exame de admissão de seu alunado, formar classes homogêneas e com bom rendimento. No entanto, essa exigência normativa logo recebeu novos contornos para sua efetivação “porque também estabelecia-se a possibilidade da dispensa desses exames aos portadores de diplomas dos Ginásios oficiais do Estado, das Escolas Normais Secundárias, das escolas superiores oficiais, bem como aos candidatos que apresentassem certificados provenientes das bancas examinadoras e dos antigos Ginásios equiparados ao Ginásio Nacional” (p.286-7)⁶. Mesmo assim, os exames de admissão ocorreram entre os dias 14 e 21 de fevereiro de 1913, com 160 candidatos inscritos e 72 aprovados*.

Enalteceu-se a presença de mulheres, pois sua admissão no ensino superior fora pleiteada anteriormente pela própria classe médica. O médico Victor Godinho⁷, para quem “as mulheres devem ter direitos iguais ou pelo menos quase iguais aos homens”, culpou a história passada pela criação de barreiras à emancipação feminina, glorificando

Lucrécia, a esposa fiel, e Cornélia, a mãe venturosa, cuja ventura consistiu em rejeitar o trono oferecido por Ptolomeu para dedicar toda a sua solicitude à educação de seus filhos, fazendo deles cidadãos mais prestantes da antiga Roma. Mas hoje, apesar de todas as senhoras serem Lucrécias e Cornélias, não conseguem mais atravessar os umbrais da imortalidade (p.202)⁷.

Esperavam-se, então, dessa primeira turma formada por homens e mulheres, Odette Norá de Azevedo e Delia Ferraz, os primeiros frutos da medicina paulista. Entretanto, ao deparar com a verdadeira formação e postura desses alunos, queixou-se o Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da escola médica,

ao Secretário do Interior⁸: “*se não bastassem esses tropeços citados, para o bom funcionamento do curso médico, mais alguns poderíamos apresentar a V. Exa., dignos de atenção, de muitíssima atenção*” (p.838)⁹.

Nesses termos, era enfático ao referir-se à péssima qualidade do ensino secundário, desde a formação dos alunos até a presença duvidosa de diversas instituições particulares que vendiam diplomas falsificados, principalmente na capital**. Segundo ele, os alunos mal conheciam as quatro operações básicas da matemática e tinham quase nenhuma formação na língua de Camões. O Secretário do Interior, Altino Arantes¹¹, depois de ter recebido a carta e os protestos do diretor da Faculdade, relatou ao Presidente do Estado, Rodrigues Alves:

(...) não tenho, todavia, razão para acreditar ter sido muito pessimista, afirmando não ser preparada a generalidade dos alunos matriculados. Um fato, que repercutiu escandalosamente na sociedade – a falsificação de diplomas –, autoriza-me a assim pensar. Como V. Exa. sabe, em consequência desse incidente, de todo o ponto deprimente para o nosso ensino secundário, recusei, como de nenhum valor, títulos de bacharéis em ciências e letras por determinados estabelecimentos de educação. Essa medida de caráter um tanto largo, veio apanhar em suas malhas um certo número de candidatos à matrícula, dizendo-se portadores de diplomas legítimos (p.19)¹¹.

Com a autorização de Rodrigues Alves, constituiu-se uma banca especial de exames para os que se diziam prejudicados pelo procedimento. A partir dos resultados desta, concluiu Altino Arantes: “*Pois bem, esses bacharéis em ciências e letras foram encontrados em tão ruins condições de preparo científico como quaisquer dos examinados reprovados. Tanto assim que nenhum deles logrou vencer os obstáculos à admissão, apesar, insisto, da benevolência das mesas*” (p.19)¹¹.

Questionavam-se, além disso, a própria orientação intelectual e os programas oferecidos, que, baseados na formação bacharelesca de seus

* “As matrículas se abriram a 26 de fevereiro, e encerraram-se a 11 de março. Matricularam-se 180 alunos, dos quais não falta um número com exame de admissão de todas as séries, pelo Ginásio do Estado, 16; diplomados em ciências e letras, 9; bacharéis em direito, 20; diplomados em ciências e letras por ginásios equiparados, 103; diplomados pela Escola Normal da capital, 22; transferidos da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 8; e diplomados pela Escola Politécnica, 2”.

** Essa contenda foi particularmente significativa na cidade de São Paulo, em cujas instituições o ensino secundário traduzia, em suas regulamentações e posturas cotidianas, traços que recrudesciam o embate sobre a fundação de uma faculdade de medicina. Bittencourt¹⁰ salienta as mazelas criadas pelo ensino privado no nível secundário, que compreendia as instituições ginásiais e os primeiros anos preparatórios, pois, se a cidade de São Paulo crescia vertiginosamente em população, com finalidades cosmopolitas, não seriam a quantidade ou o investimento de escolas públicas o espelho das mudanças ocorridas – entre os anos 1920 e 1930; enquanto os colégios particulares chegavam a 40, havia um único ginásio oficial. A péssima qualidade de ensino devia-se à presença de determinadas escolas que lutavam contra a ideia de ensino seriado, visando aos lucros que adviriam dos exames parcelados. Mesmo com a reforma de 1901 de Epitácio Pessoa, obrigando as escolas a se equipararem à seriação indicada pelo Colégio Pedro II, os exames parcelados continuaram sendo adotados.

alunos, não priorizavam as áreas necessárias ao curso médico como a química, a física e as ciências naturais. Alunos educados em escolas equiparadas ou em escolas normais e secundárias eram vistos como incapacitados, por “não oferecerem garantias suficientes de preparo científico para a matrícula na Faculdade” (p.20)¹¹. A capital constatava o desnível entre o sonho da obtenção das “melhores cabeças”, para que em solo paulista nascessem os melhores médicos, e a realidade de uma elite despreparada para os anseios civilizatórios.

Mesmo assim, cultivava-se o sonho. A escolha do sistema de notas e de avaliações efetivou-se a partir do regulamento da Escola Politécnica, trazido por seu diretor, Antonio Francisco de Paula Souza, da Suíça, onde havia estudado. Pretendia-se o maior rigor em todo o processo avaliativo, para garantir a boa formação dos alunos da Faculdade, bem como a respeitabilidade decorrente desse procedimento.

Nos dias 16, 17 e 18 de julho, aplicaram-se os exames parciais, compostos por quatro provas anuais em diferentes cadeiras. Os graus alcançados seriam somados à classificação das avaliações do final do ano. Segundo a direção da Faculdade, os resultados teriam revelado muito pouco estudo, pois, apesar da benevolência de muitos professores nas correções, as notas foram baixas. Em 11, 12 e 13 de agosto, procedeu-se ao segundo exame parcial e uma série de confusões tomara conta dos corredores e das salas de aula, devido aos alunos que, “tendo consciência das notas de que eram merecedores nas provas pela segunda vez apresentadas, resolveram, antes de conhecer o julgamento dos últimos exames parciais, manifestar seu descontentamento para com os professores que não premiavam com boas notas provas ruins” (Ofício nº 118, 17 set. 1913 apud Guimarães⁹, p. 862).

Para Ernesto Souza Campos¹², aluno da primeira turma, outras razões moveram os alunos contra o regime de provas. Mesmo defendendo as atitudes da Faculdade e desaprovando as ações que geraram uma crise institucional, o estudante lembrou:

(...) os dois primeiros exames parciais de física e química processaram-se irregularmente. Os alunos foram concentrados em pequena sala da Escola de Comércio, onde mal podiam caber. Em bancos comuns e carteiras exíguas, comprimiam-se uns contra os outros, como as andorinhas sobre um fio de telefone. Improfícuo qualquer tentativa de fiscalização. Edmundo Xavier, professor experimentado nas lidas estudantinas, retirou-se

para uma sala vizinha. Deixou os moços entregues a seu preparador, jovem médico recém-formado, que nada poderia fazer para manter a disciplina (...) resultou dessa circunstância que a grande massa da turma ficou classificada abaixo da nota 5 para um máximo de 20, quer dizer, 2,5 para o sistema atual, em que a nota mais alta vale 10 (p. 353)¹².

Esse sistema avaliativo teria suscitado o levante de grande parte dos alunos, que criticavam Edmundo Xavier e Arnaldo Vieira de Carvalho. Estes, por sua vez, reiteravam seus propósitos, decidindo que as aulas deveriam voltar ao normal. No entanto, no dia 14 de agosto, o Dr. Arnaldo relatou que os alunos, “ao entrarem em aula dos professores Bourrol e Brumpt, prorromperam numa assuada que não teve maiores conseqüências por, segundo depoimento posterior de alunos, ser uma das vítimas das vaias, estrangeiro e acanharem-se os vaiantes”. Contudo, “não se deu a mesma coisa com o Dr. Edmundo Xavier, que, naturalmente por ser brasileiro, podia ser desacatado impunemente por alunos nacionais” (Ofício, nº 118, 17 set. 1913 apud Guimarães, p. 862)⁹.

Entre os argumentos levantados, de acordo com Ernesto de Souza Campos¹², os “alunos rebeldes” teriam sido insuflados pelos dirigentes da Faculdade de Medicina da Universidade Livre de São Paulo, que, criada em 1911 e em oposição à Faculdade de Medicina oficial, acreditavam ser possível “arruinar” essa escola. Independentemente dos verdadeiros articuladores desses levantes, o Dr. Arnaldo foi obrigado a cerrar as portas durante alguns dias, não apenas devido às vaias contra o Dr. Xavier, mas também à violência dos alunos que, dirigindo-se à sua clínica particular, depredaram-na, ameaçando a liberdade de ir e vir do professor – “certa vez, em que o referido se encontrava no prédio da Escola de Comércio, não podia sair diante das ameaças de agressão” (p. 354)¹².

Enquanto os alunos condenavam o sistema de avaliação, uma lista com onze nomes foi levada à diretoria pelos bedéis, que ajuizaram serem aqueles os responsáveis pelos transtornos. A dificuldade era dupla: havia dúvidas quanto aos verdadeiros responsáveis pelos acontecimentos, e também o sobrenome que ostentavam muitos daqueles alunos^{9*}. O enigma persistiria, pois a estratégia dos alunos consistia em cada acusado apresentar quatro colegas de classe que jurassem sua inocência. Diante disso, decidiu-se não punir ninguém e voltar ao ritmo normal das aulas a partir do dia 23.

O retorno às aulas trouxe novas vaias aos professores Brumpt e Xavier, o que levou a diretoria,

* Eram eles: Francisco Antonio Dell'ape, Afonso Mariano Fagundes Junior, Jovino Soares, Octavio Silveira da Motta, Arthur Costa Filho, Mario Florence Teixeira, J. de Toledo Mello, Antonio Leopoldino dos Passos Junior, Francisco de Paula Palmerio, Gaudencio Quadros Filho, J. Candido Pinto (Ofício nº 118, 17 de setembro de 1913 apud Guimarães⁹, p. 863).

já atordoada, a fechar a Faculdade e a convocar a Congregação, que, a 3 de setembro, de acordo com o artigo 210 do regulamento, suspendeu por um ano todos os alunos presentes à aula em que se tinham dado as perturbações. Puniram-se 95 alunos, dos quais 59 recorreram à Congregação. No dia 16, os resultados das provas parciais geraram novos conflitos em sala com o Dr. Xavier e mais 34 suspensões, bem como a proibição de entrada aos alunos. Àquela altura, alguns deles, considerados pelo Dr. Arnaldo os “melhores da Faculdade”, que não participaram dos acontecimentos, apresentaram-se à diretoria para repudiar os atos ocorridos e colocar-se ao lado da instituição^{9*}.

O número total de matriculados em 1913 foi 180, mas “mantiveram-se apenas 70, perderam o ano por faltas 58, e 52, por indisciplina. Nos exames finais, só seriam promovidos 34, e reprovados 36” (p. 354)¹². Em seu relatório, Arnaldo Vieira de Carvalho daria as cores do desfecho diante do número de suspensões e conseqüentes reprovações no ano inaugural da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo: “os alunos castigados pela Diretoria organizaram enterros simbólicos em que, dando asas aos seus instintos de desordeiros e arruaceiros, quebraram placas dos escritórios dos professores e provocaram outras desordens até caírem sob a repressão policial” (Ofício, nº 118, 17 set. 1913 apud Guimarães⁹, p. 872).

Esse desfecho teria sido fruto do apoio não apenas da Congregação, mas também do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (CAOC), fundado em meados de 1913. Inicialmente, esse centro acadêmico contou com alunos que fizeram oposição às posturas dos professores e da direção, sendo, por isso, desligados da Faculdade e, conseqüentemente, do CAOC. Os que lá permaneceram foram exatamente aqueles que se posicionaram favoravelmente à instituição^{9**}.

O CAOC ganhou a missão de colaborar com a diretoria e os desígnios imputados pela escola, de modo a torná-la mais um exemplo de força e poder. Veja-se o caso envolvendo um professor contratado e uma mobilização discente que se organizava contra ele na ocasião da declaração de

guerra do Brasil contra a Alemanha, pois o professor, de nacionalidade austríaca, tinha formação alemã e, mais que isso, considerava-se um alemão. A manifestação tornou-se passeata pela cidade, por intermediação do Centro Acadêmico, que levou aos seus líderes o pedido de demissão do Dr. Arnaldo, caso houvesse confronto nas dependências da Faculdade. O grupo manifestante acatou essas considerações e deslocou seu protesto para o centro da cidade, sem maiores incidentes. Também coube ao Centro exigir a demissão do mesmo professor, por suas referências, em sala de aula, contra uma grande personalidade de São Paulo, sendo por isso exonerado.

Revista de Medicina: as primeiras inscrições institucionais

Foi em meio a essas turbulências, que o CAOC lançou a sua Revista de Medicina (RM) em julho de 1916, exibindo em suas primeiras páginas as palavras do catedrático de Fisiologia, Ovidio Pires de Campos, com artigo que aludia à importância da transferência do Centro Acadêmico para a responsabilidade dos que apoiassem e ajudassem a edificar o nome da Faculdade de Medicina. Assim, a *RM* nascia com essa responsabilidade:

É muito para louvar-se este belo empreendimento dos seus dirigentes, que, assim, e ainda uma vez, dão evidentes mostras de como nítida e claramente souberam compreender, interpretar e tornar efetivos os verdadeiros intuitos do grêmio – a cuja superintendência emprestam boa parte do seu esforço e da sua atividade, e o seu natural ardor –, obstando a que, das elevadas cogitações de ordem científica, pudesse o ‘Centro’ resvalar, e despenhar-se, e vir achatar-se nos baixios infrutuosos das lutas e competições pessoais. Ao ‘Centro’ lhe não bastaram as primícias de, pela sua tribuna, haver inaugurado e solidamente estabelecido a obra altamente meritória de vulgarizar as boas doutrinas e de disseminar por entre os seus associados aqueles dos princípios que os devem guiar e a que se deve jungir no exercício da sua futura profissão: quis ir além, decidindo, com raro acerto, que, nas páginas desta revista, essa mesma obra – assim tão auspiciosamente levada a cabo – se continuasse, mais ampla e mais intensa, e se perpetuasse, irmanando, na mais completa e perfeita comunhão de ideais, mestres e discípulos” (p. 3-4.)¹³.

* “Eram eles: Benedito Oscar de Carvalho Franco; Benjamim Reis; J. Ferreira dos Santos; Odette dos Santos Nora; Jayme Candelaria; S. Comparato; Henrique Dante de Castro; Luiz Fortunato de Arruda Botelho; Antonio Furlan Junior; Flaminio Favero; S. dos Santos Bonfim; Austin Ribeiro Vilella; Ernesto de Souza Campos; Floriano Smith Bayma; Arnaldo Meira Cassinelli; Getulio M. Coelho de Castro; Edmundo Venturelli; J. Passos da Silva Cunha; Orlando Meirelles Pinto; Antonio Cyrino Filho; Herculano da Silva Macuco; Antonio Cerveira Gomes; Annibal Ortiz Patto; J. Verissimo de Oliveira; Raphael Figuera; Ernesto de Campos; Philemon Marcondes; J. Baptista Brasileiro; Messias Fonseca; Pedro Basile; S. Osorio de Azevedo Antunes; J. Carlos Gomes; M. Vicente Euryster Lofiego; João Procopio; Gennarino Berardinelli e J. de Toledo Mello” (p.869-70).

** “Presidente: Ernesto de Souza Campos, Vice-Presidente: Synesio Rocha, 1º Secretário: Sebastião Antunes, 2º Secretário: D. Odette dos Santos Nora, 1º Tesoureiro: Benjamim Reis, 2º Tesoureiro: J. Ferreira Santos, 1º Orador: J. Passos Cunha, 2º Orador: Renato de Lacerda” (p. 5)⁹.

Por esse enquadramento, uma “natureza” da revista começa a ganhar seus primeiros traços constitutivos. Um deles foi a busca pelos recursos para a confecção do Estandarte, em 1916, por meio de contribuições no chamado Livro de Ouro, visando a adesão dos alunos e professores:

Os trabalhos de pintura do estandarte deverão ser entregues ao distinto pintor Sr. Oscar Pereira da Silva; os de marcenaria, ao Liceu de Artes e Ofícios e os de escultura, ao conhecido Sr. Julio Starace, que se ofereceu para fazer gratuitamente esse trabalho. Sendo o Estandarte do Centro o mesmo da Faculdade de Medicina, a diretoria submeteu o projeto à aprovação da Congregação, que nomeou os senhores doutores Ovídio Pires de Campos, Guilherme B. Milward e Adolpho Lindemberg para darem parecer (p.53)¹³.

Meses mais e estava pronto o estandarte da Faculdade, assim composto:

(...) o inspirado pintor paulista, Oscar Pereira da Silva, traçou o painel em que tomou como elemento dominante da composição a figura de Higéia, caminhado para o primeiro plano, ainda não alcançado, e onde folhas de louros forram a estrada. O fundo da composição é ocupado pelo sol que ilumina o templo de Esculápio e a estrada que dali parte. O templo, sob a forma de frontão e colunas dóricas, ergue-se em Epidaurus, na proximidade do oceano, onde se deram as primeiras manifestações de vida animal registrada pela ciência. Ao longo da estrada palmilhada por Higéia, vêm-se as reproduções simbólicas de Hipócrates, Galeno e Bichat, os grandes gênios da medicina, este último pelo seu tratado de anatomia geral, publicado um ano antes de sua morte, ocorrida em 1801 (...) estavam, pois representadas a história antiga e contemporânea (p. 24)¹⁴.



Figura 1. Estandarte da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, 1918

Outro momento importante se deu pelos registros referentes a morte repentina de Arnaldo Vieira de Carvalho no dia 06 de junho de 1920. Na *RM*, o dia de sua passagem figurou como um marco da história de toda a cidade de São Paulo. O cortejo fúnebre, narravam, atraiu a população, que se juntava à classe médica presente. À frente, o estandarte representaria a estima e a harmonia reinantes em toda a instituição. No discurso de um aluno, os votos eram de que a Faculdade prosseguisse com feitos que espelhassem os êxitos de uma jornada já encetada e os frutos dessa tradição. Comparava a escola “a uma grande árvore de selva exuberante, galhos fortes e entrelaçados. A idade já lhe deu desenvolvimento às raízes, hoje profundas, abraçando um quinhão de terra generosa e fértil; os ramos folhudos bracejam, procurando o espaço azul sem limites; o tronco já suportou a impiedade de muitos invernos (...) que nesta grande árvore não morram suas folhas – as tradições que ela, embora nova, já representa” (p.89)¹⁵.



Figura 2. Funeral de Arnaldo Vieira de Carvalho, 1920

A década de 1930, talvez represente um dos períodos mais transformadores da vida da Faculdade de Medicina e daqueles que dela participavam. A ausência de Dr. Arnaldo e as intervenções da Fundação Rockefeller trouxeram a reestruturação da vida acadêmica velozmente. Novos prédios, novo currículo e a incorporação da Faculdade à Universidade de São Paulo são alguns pontos relevantes. Contudo, foi a guerra civil de 1932 e a presença maciça da Faculdade de Medicina em seus trens sanitários, que deixaram registros mais surpreendentes. No campo estudantil, a morte do aluno José Greff Borba, se acidentando na confecção de bombas e granadas na Escola Politécnica chocou a todos. E foi a *RM* a registrar, publicamente, o sentimento daquele momento:

1932 – Luto! Muitos sentiram n'alma a sensação renovada do desencanto de viver. Os corações, mal feridos já por muitas mágoas e dolorosas perspectivas sofriram. Pouco, entretanto, porque o entusiasmo e o ardor patriótico sobrepujavam dores e mágoas. Mas para nós, alunos da Faculdade de Medicina uma desventura o destino reservara. A essa, não poderíamos antepor sentimento algum capaz de minorar nossas razões de pesar intenso. E, essa desventura, foi a morte do Borba” (p.201)¹⁶.



Figura 3. Médicos paulistas junto a Julio de Mesquita, 1932

Entretanto, um fato persistia nas conversas de corredor da Faculdade e dizia respeito a necessidade de finalizar o contrato firmado com a Fundação Rockefeller, afinal, se ela investiu um milhão de dólares para a construção dos prédios e seu aparelhamento, entre 1928-1931, ainda restava a parte do governo paulista na construção de um hospital-escola: o Hospital das Clínicas. O recuo do governo getulista frente a essa necessidade demonstrava a situação tensa daqueles anos. Contudo, serão alunos e professores unidos, a partir de 1937, que farão reacender a chama dessa necessidade institucional, tendo resultado positivo quando em 1938 o Instituto Central começaria ser construído. A *RM* lançou sua “Chronica”, tratando do assunto:

São Paulo necessita do Hospital das Clínicas. Eis em meia dúzia de palavras, uma verdade que todos nós sentimos. Dissemos, e muito bem, nós sentimos, pois desde o estudante de Medicina que inicia a sua vida hospitalar até os Professores e Assistentes, todos tem o seu campo de ação limitado, sua capacidade de trabalho reduzida, pela falta de um hospital próprio para as nossas atividades, á altura da terra de Piratininga. Além disso, o número de leitos para doentes é exíguo, principalmente para a assistência hospitalar gratuita. Em todo Estado os leitos para doentes encontram-se na proporção de 1 para 1.000 habitantes. Mas temos certeza, dentro de pouco tempo, o Hospital de Clínicas será uma realidade, pois como muito bem disse o prof. Flamínio Fávero, ‘temos um grave compromisso de honra com a Fundação [Rockefeller] que nos doou o

atual prédio para os laboratórios: de que as clínicas teriam também suas instalações’. A palavra de São Paulo não pode faltar, porque seria a primeira vez. A recente dádiva do Governo do Estado da quantia de 5.000 contos para o início da construção do hospital, vem confirmar as apalavras acima, para orgulho de todos nós (p.49)¹⁷.



Figura 4. Hospital das Clínicas-FMUSP, 1944

Se registros da história da Faculdade de Medicina-USP vão sendo encontrados entre as páginas da *RM*, outra natureza fundante foi de imensa importância na vida dessa produção editorial. Isso porque, os resultados das pesquisas e tecnologias desenvolvidas, frutos da imersão dos professores, médicos e alunos em seus laboratórios e consultórios serão largamente apresentados através de artigos científicos, relatórios e comentários, revelando que “o adjetivo de científico não é atribuído a textos isolados que sejam capazes de se opor à opinião das multidões por virtude de alguma misteriosa faculdade. Um documento se torna científico quando tem pretensão a deixar de ser algo isolado e quando as pessoas engajadas na sua publicação são numerosas e estão explicitamente indicadas no texto. Quem o lê é que fica isolado” (p.58)¹⁸.

Até o surgimento do Hospital das Clínicas (1944) e seus institutos, quando uma série de periódicos e revistas médico-científicas foi produzida, era a *RM* a divulgar tais assuntos. Das mudanças corporativas médicas às especialidades que se configuravam, temas e nomes vão sendo inscritos, deixando as marcas e os esforços fundamentais para levar a Faculdade de Medicina, anos mais tarde, a ter um lugar entre as melhores escolas médicas do mundo.

Revista de Medicina, v.22, n.6, 1938.

Efficiencia sportiva e doping... Prof. Carlos Foá
Pleuriz cholesterinico tuberculoso... Prof. Antonio de Almeida Prado
Acerca do problema psicológico das tendências... Prof. Cunha Lopes
Persistencia da veia cava superior esquerda... Dr. Álvaro Pontes
Uréia e função renal... Dr. Nevio Pimenta
Sobre um caso de reticulohistocitoma generalizado dos gânglios lymphaticos... Doutorando Lamartine Assis

Revista de Medicina, v.24, n.79, 1940.

A Revista de Medicina nas palavras do Prof. Rubião Meira
 Liga de Combate ao Câncer... Prof. Jayme Regalo
 Sorodiagnostico do Câncer... Prof. Jayme Regalo
 Las antihormonas... Dr. Gonzales Torres
 Retite estenosante de natureza linfogranulomatosa....
 Dr. Arouche Toledo e Doutorando Carlos da Silva Lacaz
 Conceito de infecção em cirurgia... Dr. Ary de Siqueira
 Espondilartrite anquilosante... Doutorando João Raphael
 Libonati

Finalmente, um espaço interessante que a *RM* possuía, entre artigos científicos e comentários institucionais, dizia respeito à divulgação de fármacos industrializados. Forma de manutenção da revista, as propagandas nesse período tentavam narrar uma história do medicamento e suas potencialidades, chamando a atenção para o salto da qualidade

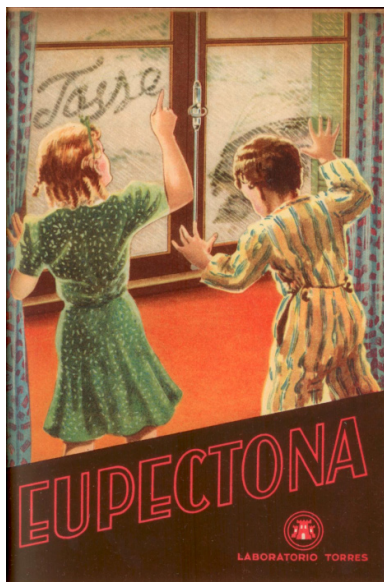


Figura 5. Revista de Medicina, 1940



Figura 6. Revista de Medicina, 1940

editorial dessas divulgações pela ilustração, colorido e, é claro, promessa de eficácia. Fase que a medicina tecnológica ganhava maior espaço no hospital¹⁹, lugar considerado cada vez mais do médico, aquela antiga formulação e fabricação de fármacos produzidos pessoalmente pelo profissional, passaria, paulatinamente, à indústria farmacêutica nacional e internacional. Mudanças da chamada medicina liberal e muito bem registrada nas páginas da *RM*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da História é formado em seu *corpus* documental por meio de três elementos, que foram sendo aos poucos incorporados à matéria histórica. Primeiramente o documento configurado pelos papéis, objetos e os registros iconográficos, depois a descoberta da memória cerebral, quando a história oral passou a repercutir aquilo que havia nessa estrutura mental reportada a memória e, finalmente, a corporeidade, ou seja, a experiência do corpo na História, suas marcas, seus desejos, suas lutas frente às ações do mundo social em que vive. A Revista de Medicina tem um lugar de expressão desses três tempos, restabelecendo, mesmo em seus limites, o contato entre aquilo que pode ter sido e aquilo que vai sendo o pensamento médico dentro e fora dos muros da Faculdade de Medicina - USP, bastando uma pequena aproximação desse rico espaço editorial, para constataremos esse fato.

REFERÊNCIAS

1. Ferreira LO. Os periódicos médicos e a invenção de uma agenda sanitária para o Brasil (1827-43). *Hist Cienc Saúde - Manguinhos* (Rio de Janeiro). 1999;6(2):331-51.
2. Eleutério ML. Imprensa a serviço do progresso. In: Martins AL. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto; 2008. p. 83-130.
3. Silva MRB. Revistas médicas paulistas e a nova realidade republicana. In: Mota A, Marinho MGSMC. *Práticas médicas e de saúde nos municípios paulistas: a história e suas interfaces*. São Paulo: Faculdade de Medicina-USP/CD.G Casa de Soluções e Editora; 2011. p.89-104. (Coleção Medicina, Saúde e História).
4. Salgado LS. *Ritos genéticos e editoriais: autoria e textualização*. São Paulo: Ana Blume/FAPESP; 2011.
5. Marinho MGSMC, Mota A, organizadores. *Trajetória da Faculdade de Medicina: aspectos históricos da Casa de Arnaldo*. São Paulo: FMUSP/CD. G Casa de Soluções Ed.; 2012. v. 1, 2.
6. Nadai E. *Ideologia do progresso e ensino superior* (São

- Paulo 1891-1934). São Paulo: Loyola; 1987.
7. Godinho V. A mulher nas escolas superiores. *Revista Médica de São Paulo*. 1906;(10):202.
 8. Mota A. Tropeços da medicina bandeirante: medicina paulista de 1892-1920. São Paulo: EDUSP; 2005.
 9. Guimarães AP. Arnaldo Vieira de Carvalho: biografia e crítica. São Paulo: FMUSP; 1967.
 10. Bittencourt C. Pátria, civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939) [Dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; 1988.
 11. Relatório apresentado ao Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves (Presidente do Estado de São Paulo) pelo Secretário do Interior Altino Arantes, anno 1912. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild & Comp.; 1914.
 12. Campos ES. História da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP/Comemoração do IV centenário da fundação da Cidade de São Paulo; 1954.
 13. Revista de Medicina (orgam do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo). 1916;1(1).
 14. Mazzieri BR. Símbolos da medicina. São Paulo: Museu Prof. Carlos da Silva Lacaz - FMUSP; 1995.
 15. Revista de Medicina (orgam do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo). 1920;4(7).
 16. Editorial. Revista de Medicina (orgam do Centro Acadêmico Oswaldo Cruz da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo). 1932;16(57):201.
 17. Antunes ML. Chronica. Revista de Medicina. 1937;19(63):49.
 18. Latour B. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP; 2000.
 19. Schraiber LB. O médico e seu trabalho: limites de liberdade. São Paulo: Hucitec; 1993.